

ACTA Nº03/2008

ACTA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OURÉM, EM SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA A VINTE E QUATRO DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E OITO. -----

-----Aos vinte e quatro dias do mês de Abril, do ano de dois mil e oito, pelas dezassete horas, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Ourém, no cine-teatro municipal de Ourém, convocada nos termos do número um do artigo quadragésimo nono e pela alínea b) do artigo quinquagésimo quarto da lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, conforme anúncio público afixado por **Edital, de 14 de Abril do ano de dois mil e oito**, com a seguinte: -----

-----**ORDEM DE TRABALHOS:** -----

-----**01 - Período de "ANTES DA ORDEM DO DIA"** – (grelha A) -----

-----**01.01** – Apreciação e votação das actas nº01/2008 e n.º2/2008, referentes, respectivamente, às sessões ordinária e extraordinária da Assembleia Municipal realizadas em 2008.02.29; -----

-----**01.02** – Leitura resumida do expediente; -----

-----**01.03** – Actividade Municipal – Apreciação de uma informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do nº1 do art.º53º da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

-----**01.04** – Intervenções de interesse local ou declarações políticas gerais. -----

-----**02- ORDEM DO DIA** -----

-----**02.01** – Apreciação e votação do «Relatório de Gestão e Prestação de Contas do Município referentes ao ano económico de 2007», nos termos do disposto na alínea c), do n.º2, do art.º53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro – (grelha B); -----

----- **02.02** – Apreciação e votação da proposta camarária relativamente aos «Topónimos das Povoações do Município de Ourém» – (grelha A); -----

-----**02.03** – Apreciação e votação do pedido de autorização da câmara municipal para proceder à execução dos trabalhos, por administração directa, relativos à «Beneficiação da Estrada entre a E.R.349 e o Cubal», nos termos do n.º2, do art.º18º, do Decreto Lei n.º197/99, de 08 de Junho – (grelha A); -----

-----**02.04** – Apreciação e votação do pedido de autorização da câmara municipal para proceder à execução dos trabalhos, por administração directa, relativos à «Beneficiação da Rede Viária na Freguesia de Cercal», nos termos do n.º2, do art.º18º, do Decreto Lei n.º197/99, de 08 de Junho – (grelha A); -----

-----**02.05** – Apreciação e votação do pedido de autorização da câmara municipal para proceder à execução dos trabalhos, por administração directa, relativos à «Beneficiação dos Caminhos Municipais 1033 e 1035 – Freguesia de Olival», nos termos do n.º2, do art.º18º, do Decreto Lei n.º197/99, de 08 de Junho – (grelha A); -----

-----**02.06** – Tomada de conhecimento do «Relatório e Contas de 2007 da SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana da Cova da Iria, E.M.», nos termos da alínea c), do n.º1, do art.º53º, da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro – (grelha A); -----

-----**02.07** Tomada de conhecimento do «Relatório de Gestão e Contas do Exercício de 2007 da FATIPARQUES – Parques de Negócios de Ourém/Fátima, S.A.», nos termos da alínea d), do n.º1, do art.º53º, da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro – (grelha A); -----

-----**02.08** – Tomada de conhecimento do «Relatório de Gestão e Contas de 2007, da MECIAGOLFE – Empreendimentos Turísticos, S.A.», nos termos da alínea d), do n.º1, do art.º53º, da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro – (grelha A); -----

-----**02.09** – Tomada de conhecimento do «Relatório de Actividades de 2007 e Proposta de Plano de Actividades e Orçamento 2008, da ADSAICA – Associação de Desenvolvimento das Serras de Aire e Candeeiros», nos termos da alínea d), do n.º1, do art.º53º, da Lei n.º169/99,

de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro – (grelha A); -----

-----**02.10** – Tomada de conhecimento do «Relatório de Gestão e Contas de 2007, da SIMLIS – Saneamento Integrado dos Municípios do Lis, S.A.», nos termos da alínea d), do n.º1, do art.º53º, da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro – (grelha A); -----

-----**02.11** – Tomada de conhecimento do «Relatório e Contas de 2007, da VALORLIS – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.», nos termos da alínea d), do n.º1, do art.º53º, da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro – (grelha A); -----

-----**02.12** – Tomada de conhecimento do «Relatório e Contas de 2007, da TAGUSGÁS – Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A.», nos termos da alínea d), do n.º1, do art.º53º, da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro – (grelha A). -----

-----**ORDEM DE TRABALHOS (ADITAMENTO):** -----

-----**02- ORDEM DO DIA** -----

-----**02.13** – Tomada de conhecimento do «*Relatório e Contas do Exercício de 2007 da AMBIOURÉM – Gestão e Manutenção de Espaços Verdes e Inserção, E.M.*», nos termos da alínea c), do n.º1, do art.º53º, da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

-----**02.14** – Tomada de conhecimento do «*Relatório e Contas do Exercício de 2007 da VEROURÉM – Empresa Municipal de Comunicação, E.M.*», nos termos da alínea c), do n.º1, do art.º53º, da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

-----**02.15** – Tomada de conhecimento do «*Relatório de Gestão e Contas de 2007 da ADIRN – Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte*», nos termos da

alínea d), do n.º1, do art.º53º, da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

-----**02.16** – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal relativamente ao «*Licenciamento de obra particular – isenção do pagamento de taxas*», nos termos do n.º2 e n.º3, da Lei n.º2/2007, de 15 de Janeiro; -----

-----**02.17** – Período de intervenção aberto ao público. -----

-----Feita a chamada, verificou-se a presença dos membros da Assembleia Municipal, senhores:-----

-----Albino dos Reis Oliveira; -----

-----Ana Maria Pio da Costa Abreu de Sousa e Silva; -----

-----Ângela Maria Gaspar da Silva Pereira Marques; -----

-----António Marques das Neves; -----

-----António Miguel Lopes Mangas Reis; -----

-----António Ribeiro Gameiro; -----

-----Avelino da Conceição Subtil;-----

-----Constantino da Graça Lopes; -----

-----Deolinda de Jesus Lopes Simões; -----

-----Elias Dias da Silva; -----

-----Francisco Caetano;-----

-----Francisco Gonçalo Nunes André; -----

-----Humberto Luís Ferraz Antunes; -----

-----Joana Luísa Abreu de Figueiredo; -----

-----João Pereira Trezentos; -----

-----Joaquim dos Reis Gonçalves; -----

-----José Custódio Ribeiro Faria;-----

-----José da Silva Pereira; -----
-----José Ferreira Vieira;-----
-----José Maria Henriques de Sousa; -----
-----Luís de Sousa e Silva; -----
-----Manuel Lourenço Dias;-----
-----Manuel Rodrigues Antunes;-----
-----Manuel Tavares Lopes; -----
-----Maria Agripina Ferreira Carriço Lopes Vieira;-----
-----Maria Natália de Sousa Freire Nunes;-----
-----Mário João de Oliveira Santos; -----
-----Nelson Carlos Lino Lopes; -----
-----Sérgio José Ferreira Ribeiro; -----
-----Sérgio Manuel Gameiro Fernandes. -----
-----Não compareceram, tendo justificado a respectiva falta, os membros da Assembleia Municipal, senhores: -----
-----Jorge Manuel Reis Heleno; -----
-----José Augusto Dias dos Reis; -----
-----José Maria do Vadre Castelino e Alvim. -----
----- Não compareceram, nem justificaram a respectiva falta, os membros da Assembleia Municipal, senhores: -----
-----Natálio de Oliveira Reis; -----
-----Valdemar Pinheiro de Oliveira. -----
-----Deu início aos trabalhos desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, a senhora Presidente da Assembleia Municipal que, após a verificação da existência de quórum, declarou aberta a sessão, pelas dezassete horas e vinte minutos, tendo, de imediato, apresentado as boas vindas ao Executivo Camarário, que nos termos do número três do artigo quadragésimo oitavo, da Lei número cento e sessenta e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações

introduzidas pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, se fez representar por parte dos seus membros, conforme se especifica: -----

----- Senhor Presidente da Câmara: -----

----- David Pereira Catarino. -----

----- Senhor Vereador em regime de permanência: -----

----- João Manuel Moura Rodrigues; -----

----- Não compareceram os Vereadores em regime de permanência, senhores: -----

----- Humberto Lopes da Piedade; -----

----- Vítor Manuel de Jesus Frazão. -----

----- Compareceram os Vereadores em regime de não permanência, senhores: -----

----- José de Oliveira Fernandes; -----

----- José Manuel Pereira Alho; -----

----- Leonilde Santos Madeira Carreira da Conceição. -----

----- Seguidamente, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal prestou as seguintes informações: -----

----- Na impossibilidade de comparecerem e conforme preceitua a alínea c), do número um, do artigo trigésimo oitavo da lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada pela lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, fizeram-se representar os seguintes presidentes de junta de freguesia: -----

----- O Presidente de Junta de Freguesia de Ribeira do Fárrio, senhor **Pedro Miguel Fonseca Janeiro**, fez-se representar pelo Secretário da citada junta de freguesia, senhora **Emília da Silva Simões**. -----

----- Na impossibilidade de comparecerem e conforme preceitua o número um, do artigo sexagésimo oitavo da lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada pela lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, fizeram-se substituir os membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

----- **Carina João Reis Oliveira**, eleita na lista do Partido Social Democrata – PSD, fez-se substituir pelo senhor **António José Gomes Domingues**; -----

-----**João Carlos Gameiro Rodrigues**, eleito na lista do Partido Social Democrata – PSD foi substituído pelo senhor **Hélder António Vieira Alves**. -----

-----**Rui Pedro Marto Pereira**, eleito na lista do Partido Popular – CDS/PP foi substituído pelo senhor **Nuno Miguel Neves dos Prazeres**. -----

-----De seguida, a senhora Presidente da Assembleia Municipal deu início aos trabalhos desta sessão ordinária, conforme Ordem de Trabalhos previamente estabelecida.-----

01 - PERÍODO DE "ANTES DA ORDEM DO DIA" -----

01.01 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DAS ACTAS Nº01/2008 E N.º2/2008, REFERENTES, RESPECTIVAMENTE, ÀS SESSÕES ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADAS EM 2008.02.29. -----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu à apreciação, do plenário, as actas referidas em epígrafe, cujos textos foram, previamente, distribuídos a todos os membros da Assembleia Municipal. -----

-----Acta nº01/2008 referente à sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada em 2008.02.29. -----

-----Aberto o período de intervenções, registou-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal, senhor: -----

= **ANTÓNIO MIGUEL LOPES MANGAS REIS** expôs o seguinte: “Gostaria de chamar a atenção de que consta em acta a primeira parte da minha intervenção onde fiz vários e rasgados elogios a iniciativas do Executivo, mas não consta que chamei a atenção de que com esses elogios não desejaria nada em troca. Também não conta a citação que fiz do Professor Bagão Félix. Nada disto foi entregue por escrito, umas coisas ficaram outras não.” -----

-----**Não se registando qualquer outro pedido de intervenção, a senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu a acta à apreciação do plenário, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com um voto contra e seis abstenções.** -----

-----Acta n.º2/2008, referente à sessão extraordinária da Assembleia Municipal realizada em 2008.02.29. -----

-----Aberto o período de pedido de esclarecimentos e não se registando qualquer pedido de intervenção, a senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu a acta à apreciação do plenário, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com seis abstenções, dada a ausência na sessão. -----

01.02 - LEITURA RESUMIDA DO EXPEDIENTE.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal deu conta da entrada de diversa correspondência, registada no respectivo livro, que passou a ler e que a seguir se especifica: --

-----Carta de um grupo de amigos ourensenses, datada de vinte e sete do pretérito mês de Fevereiro, manifestando algum descontentamento relativamente ao «funcionamento da Fundação Dr. Agostinho Albano de Almeida»; -----

-----Ofício da Assembleia Municipal de Valença, datado do dia quatro do findo mês de Março, remetendo cópia da moção relativamente a «eventuais alterações à Lei Eleitoral dos Órgãos das Autarquias Locais»; -----

-----Ofício do Santuário de Fátima, datado de dez de Março, do ano em curso, manifestando o seu agradecimento relativamente ao «voto de louvor» aprovado por este órgão, na sessão ordinária realizada a dezoito de Dezembro, do transacto ano; -----

-----Ofício da Assembleia Distrital de Santarém, datado do dia vinte do passado mês de Março, remetendo cópia da moção relativa à «colónia balnear da Nazaré»; -----

-----Ofício do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, com data do pretérito mês de Março, remetendo cópia do requerimento relativo ao «observatório do sobreiro e da cortiça, na zona industrial do Monte da barca, em Coruche»; -----

-----Ofício da Câmara Municipal, datado de catorze do presente mês de Abril, remetendo cópia dos «documentos de prestação de contas de 2007, da Região de Turismo Leiria/Fátima». -----

-----**A Assembleia Municipal ficou inteirada.**-----

-----Antes de passar ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal informou de que havia convidado um grupo de jovens a fim de falarem sobre o «25 de Abril» e o respectivo significado de uma data que não vivenciaram.-----

Este grupo de jovens, a Ana Luísa Fernandes; Andreia Veríssimo; Hugo Pereira e o Ringo Marques, são estudantes da Escola Secundária de Ourém que, nos próximos dias vinte e oito e vinte e nove, irão representar o distrito de Santarém no «Parlamento dos Jovens», a decorrer na Assembleia da República.-----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal agradeceu ainda a presença das professoras Gracelinda Marques e Fernanda Mateus, por terem acompanhado de perto este grupo de jovens, ajudando-os a prepararem-se para serem os Homens do Amanhã.-----

-----De imediato, os quatro jovens, tomando a palavra de forma individual, manifestaram o seu agradecimento face ao convite formulado pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal pois, conforme disseram, é uma oportunidade para expressarem as suas ideias, nomeadamente, as suas reflexões relativas ao «25 de Abril».-----

O seu entendimento sobre o que foi o «25 de Abril» passa pela leitura e análise de documentos alusivos ao acontecimento, o que suscita um agradecimento a todos quantos deixaram testemunhos da época. Sem eles não seria possível «conhecer» a transformação operada por tão importante acontecimento. Foi o cessar de uma era ditatorial e o brotar de tempos onde a Liberdade e a Democracia assumem relevantes contornos. São conceitos que, conforme afirmaram, devem ser entendidos e assegurados de forma a perpetuarem o significado emergente do «25 de Abril de 1974».-----

No seu entender, o significado do «25 de Abril» começa no facto de, hoje e aqui, poderem manifestar a sua opinião sobre o mesmo. O «25 de Abril» veio possibilitar a exteriorização e bem assim a alegação de ideias e ideais sobre os mais diversificados assuntos. Veio permitir a liberdade de expressão, independentemente de ideologias políticas.-----

Testemunhando a gratificação pela possibilidade de poderem expressar livremente os seus pensamentos, sem que isso assumia qualquer forma de represália, anunciaram um constante e esforçado labor para dar continuidade ao legado do «25 de Abril de 1974». -----

Por fim, agradecendo a forma simpática como foram acolhidos, lançaram um apelo no sentido de que os adultos deveriam «ouvir mais os jovens», confiando neles, pois também têm ideias e a eles cabe dar continuidade ao presente. -----

-----Finda a intervenção dos quatro jovens, a qual foi laureada pelo plenário com uma salva de palmas, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, agradecendo a forma dedicada e expressiva com que abordaram a temática proposta, reiterou a ideia de que os jovens são o futuro quer da região, quer do país. -----

-----Tomando a palavra, o Senhor Presidente da Câmara referiu que todos nós deveríamos colaborar na formação da cidadania dos jovens para que, futuramente, possam participar, de forma activa, naquilo que é a «causa colectiva» e que se traduz nas mais diversas formas, a exemplo: assembleia e junta de freguesias; assembleia e câmara municipais, associações, etc. -----

-----Aberto um período de intervenção, registaram-se os pedidos dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= MANUEL LOURENÇO DIAS saudando a intervenção dos jovens que qualificou como brilhante, reiterou a ideia de que todos deveriam sentir-se incumbidos de apoiar os mais jovens na senda da cidadania. -----

= SÉRGIO JOSÉ FERREIRA RIBEIRO questionou a Mesa se poderia, de imediato, proceder à sua intervenção prevista para o ponto «01.04 – Intervenções de Interesse Local ou Declarações Políticas Gerais», dado que a mesma se enquadra na temática agora abordada, tendo-lhe sido dada a respectiva autorização. -----

Tomando a palavra, o mesmo, antes de apresentar o documento abaixo transcrito, felicitou os quatro jovens pela intervenção proferida e pelo facto de serem o grupo que representará Ourém e o Distrito no «Parlamento dos Jovens». -----

Documento: “Hoje é o dia 24 de Abril. De 2008. -----

Espero e gostaria que todos compreendam que, neste dia, eu fale do dia 24 de Abril de 1974. - Mas também acrescento que, se alguns não compreenderem, de pouco me importa...-----

Há 34 anos, neste dia esperava, numa cela em Caxias, que me viessem buscar para o interrogatório e a tortura. Que já conhecia de outras vezes que por ali passara. Numa delas com longa permanência. -----

Não foi isso que aconteceu. Porque, no dia seguinte, no dia de manhã, militares e familiares e amigos e camaradas, me vieram abrir a porta e mais uns bastantes. Pelo lado de fora. -----

E estava preso, eu e muitos, eu e muitos, por lutarmos pelas nossas ideias e ideais, por querermos para Portugal democracia e liberdade. -----

Liberdade temos, democracia temos. Naquela vivemos, esta parece-me bem escassa, bem pobre, a necessitar urgentemente de ser melhorada, de que se trave esta rampa perigosa em que a colocaram. -----

Ainda ontem, na Assembleia da República, foi ratificado um Tratado a que deram o nome de Lisboa, em que, ao definir os seus princípios democráticos fundamentais se afirma, no art. 10º, que a democracia representativa é o seu elemento essencial, para logo no art. 11º se dizer que as instituições, os órgãos compostos pelos eleitos, pelos representantes, podem dar, repito, podem dar, a possibilidade aos cidadãos de participarem nas decisões que a eles dizem respeito. -----

Assusta-me esta formulação. A democracia representativa é muito mas nada é, se os representantes deixarem de fortalecer ou de manter a democracia participativa. -----

Na exemplificação deste risco, do risco de fragilização da democracia até se pôr em causa a liberdade, os governos, e quem neles manda, os partidos, e quem neles manda, fugiram ao debate sobre a sua ratificação. Porque já a sua matriz, a dita (mal) constituição foi rejeitada pelos holandeses e os franceses, e não se quer que de novo assim aconteça. -----

Ao contrário do que ouvi, não haveria pior maneira de celebrar o 25 de Abril, celebrando-se o 23 e 24 de Abril. -----

Lamento-o hoje, aqui, neste órgão democrático que deveria ser a ponte para os cidadãos poderem participar, até porque todas as sessões são públicas e um ponto da ordem de trabalhos lhe é dedicado, à sua participação e intervenção. Aqui quero fazê-lo. -----

E mostrar como nos pequenos pormenores estamos a deixar fugir esta oportunidade temporal de trazermos os nossos cidadãos ao exercício dos seus deveres e direitos. -----

Já aqui chamei a atenção para esta pequena-grande falha. Mas eu insisto porque teimoso sou. O edital que convoca esta sessão da Assembleia Municipal, termina dizendo que «para constar e devidos efeitos, será este edital afixado nos Paços do Concelho, Juntas de Freguesia e lugares de estilo». Pois o lugar mas de estilo, por ser a informação municipal à frente dos Paços do Concelho, continua vazio deste edital. Pormenor sem importância, dirão. Sinal dos tempos, direi eu, em que nada se faz e para valorizar a democracia participativa, tudo se faz para a subalternizar ou apagar face á democracia representativa. Congratulo-me, hoje, por ver público – e este público! – presente e que já interveio! -----

Termino portanto, em voz baixa, mas bem vindo cá de dentro e cá para dentro de mim: viva o 25 de Abril!” -----

= ANTÓNIO MIGUEL LOPES MANGAS REIS felicitou os jovens pela coragem que tiveram em intervir desta forma neste órgão deliberativo e incitou-os a continuarem a construir a Liberdade porque, conforme disse, não é um bem adquirido. -----

= ANTÓNIO RIBEIRO GAMEIRO saudou a intervenção dos jovens e bem assim a respectiva participação no «Parlamento dos Jovens», manifestando a sua disponibilidade em apoiá-los, na Assembleia da República, naquilo que necessitarem. -----

-----De imediato, passou-se ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. -----

01.03 - ACTIVIDADE MUNICIPAL – APRECIACÃO DE UMA INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA E) DO NÚMERO UM DO ARTIGO QUINQUAGÉSIMO TERCEIRO DA LEI NÚMERO CENTO E SESSENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE, DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES

INTRODUZIDAS PELA LEI NÚMERO CINCO A BARRA DOIS MIL E DOIS, DE ONZE DE JANEIRO. -----

----- O Excelentíssimo Presidente da Câmara tomou a palavra para apresentar uma informação acerca da actividade municipal, a qual foi elaborada nos termos e em cumprimento do disposto na alínea e) do número um do artigo quinquagésimo terceiro da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, e que a seguir se reproduz: -----

Informação: “Senhora Presidente da Assembleia Municipal, -----
Senhores Secretários, -----
Senhores Deputados Municipais, -----

Em nome do executivo municipal e também em nosso nome pessoal, saudamos V.Exas. com toda a consideração que nos merecem os eleitos municipais e os representantes de cada uma das Juntas de Freguesia que, neste órgão, independentemente da dimensão, são a voz da relativa diversidade do território concelhio – por isso, defendemos que os Srs. Presidentes de Junta de Freguesia mantenham o seu estatuto na Assembleia Municipal. -----

Tendo decorrido pouco tempo desde a última sessão deste magno órgão, muitas coisas relevantes são hoje dignas de especial registo. -----

Com a metodologia habitual, passamos a informar V.Exas. : -----

1. EDUCAÇÃO -----

Começámos já a apresentar as candidaturas para os novos edifícios escolares. -----

Alguns projectos que apresentámos de acordo com a Carta Educativa aprovada foram reprovados com a justificação de que não cumprem as orientações do governo sobre a matéria.

Em reunião que solicitámos à Direcção Regional de Educação, fomos informados de que se pretende uma maior concentração de alunos que, em princípio, não deverá ser em estabelecimentos com capacidade inferior a 8 salas para o Primeiro Ciclo e 3 para o Pré-Escolar. -----

Nunca será aceite, mesmo com justificação, candidatura com dimensão inferior a 4+3. -----

Esta situação obrigou-nos a pôr de lado alguns projectos já elaborados e que tinham seguido o que está aprovado na Carta Educativa. -----

Convém que fique claro que a Câmara Municipal não tem condições para executar obras sem apoio financeiro do QREN. -----

Relativamente a edifícios escolares que ficaram sem alunos, estamos a celebrar protocolos com as Juntas de Freguesia que o pretendam para cedência da utilização, desde que a mesma se destine a fins culturais. -----

Não alienando o património municipal, entendemos que estes edifícios têm uma relação afectiva com as pessoas, podendo ainda desempenhar um papel na identidade cultural dos lugares onde se integram. -----

Não existindo estas finalidades e sendo importante não deixar os edifícios em degradação, pretendemos alugá-los para finalidades compatíveis ou aliená-los. -----

Informamos V.Exas. de que foram já entregues os autocarros para o novo sistema de transportes de crianças. Havendo algumas diligências ainda em curso, este serviço estará a funcionar em pleno no próximo ano lectivo. -----

Será também o início do próximo ano lectivo o arranque dos novos edifícios de Jardim de Infância de Atougua e Cercal. -----

2. CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES -----

Durante este período, foram levados a efeito dois dos grandes momentos do nosso Programa Cultural: a Via Sacra ao vivo na zona histórica e o Festival de Música inter-escolas. Está a decorrer a Cenourém, na sua décima edição, também esta actividade mobilizando algumas das nossas instituições associativas e educativas. -----

Arrancou finalmente, após inauguração em 17 de Março passado, a Loja Ponto Já, numa parceria entre o Instituto da Juventude e a Câmara Municipal destinada ao apoio à Juventude.

Entendemos que esta nova estrutura do concelho é também importante na dinamização do Parque Linear. -----

Cumpre-nos informar que, no que diz respeito aos equipamentos culturais, o nosso objectivo imediato é a reabilitação do Cine-teatro municipal. -----

Já quanto a equipamentos desportivos, pretendemos, através de parcerias público-privadas fazer investimentos nos complexos desportivos de Ourém e Fátima e, através do QREN, construir um pavilhão desportivo em Olival. -----

No que diz respeito ao património, informamos que estamos em negociações com os proprietários da Quinta de S. Gens para obtenção de mais terreno junto à capela de S. Sebastião. -----

Continuamos a empenhar-nos na recuperação já em curso da igreja antiga de Olival, estimulando o mecenato e o apoio do Instituto Politécnico de Tomar na recuperação de património móvel, através de protocolo recentemente celebrado. -----

A Câmara decidiu recentemente apoiar com 20.000,00 Euros a recuperação dos frescos da Capela da Conceição que, como se sabe, são património nacional classificado. -----

Ainda no âmbito do património, reunimos recentemente com o Sr. Presidente do Conselho Administrativo da Fundação da Casa de Bragança. -----

Estabeleceu-se que a Câmara Municipal retoma a elaboração do projecto já iniciada pela extinta Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e, após a sua conclusão, propõe à Fundação a cedência do castelo por um período alargado, de forma que o município, responsabilizando-se pela intervenção, possa ressarcir-se durante um período alongado de utilização. -----

Na sequência de proposta que recentemente apresentámos ao executivo, deliberou-se criar uma comissão municipal para a promoção de eventos. -----

Reunindo representantes da Câmara Municipal, do Centro de Negócios, dos sectores económicos, culturais e desportivos, vamos procurar que a + EVENTOS, seja uma estrutura minimamente profissionalizada para a promoção de um calendário anual de eventos com dimensão municipal, regional ou nacional. -----

3. ACÇÃO SOCIAL -----

Em colaboração com a Universidade Católica, estamos a elaborar um estudo das acessibilidades para Ourém, no âmbito de uma candidatura que apresentámos e que foi aprovada. -----

4. SAÚDE -----

Parecendo-nos que há alterações na política do governo relativamente à saúde, vamos solicitar audiência à Sra. Ministra para abordarmos a problemática em apreço relativamente ao nosso concelho. -----

5. HABITAÇÃO E URBANISMO -----

Relativamente ao planeamento urbanístico, estamos a procurar dar novo impulso aos instrumentos de gestão territorial que estão em elaboração e/ou alteração, no âmbito do Projecto Municipal de Ordenamento do Território de Ourém. -----

Ainda sobre planeamento, vai ocorrer, no início de Maio, a reunião da Comissão Mista de Coordenação da Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo que dará o parecer final sobre a proposta de plano. -----

Deixamos a esta Assembleia cópia do documento disponível para que, através da comissão respectiva ou de outra metodologia que julgue adequada, nos faça chegar os contributos até 9 de Maio. -----

É com prazer especial que informamos estar já concluída a alteração da iluminação pública da zona histórica. -----

Vamos agora procurar retirar as linhas telefónicas e instalar a rede de som para apoio a eventos. -----

No âmbito do QREN e do Programa Operacional Regional, apresentámos, em 17 de Abril, as candidaturas ao programa Parcerias para a Regeneração Urbana. -----

Prevê-se na candidatura respeitante a Ourém uma especial atenção aos edifícios devolutos e degradados, com estímulos à reabilitação e com penalizações para os proprietários que mantenham o estado actual. -----

Estamos já a chamar alguns proprietários com o objectivo de lhes chamar a atenção para o facto de estas edificações em abandono estarem a prejudicar gravemente a cidade. -----

É com o objectivo de pôr termo ao declínio visível em termos de dinâmica urbana da zona da igreja paroquial que queremos dar prioridade à construção do novo edifício no local do antigo mercado. -----

A intervenção, a sujeitar a autorização desta assembleia, será efectuada no âmbito das parcerias público-privadas e depende de deslocação do terminal rodoviário para outro local, solução já em estudo. -----

Podemos ainda informar que a Câmara Municipal acaba de adquirir, para demolição, os pavilhões velhos que se situam junto ao LIDL. -----

Através de acordo com aquela empresa, vamos procurar encontrar uma solução que permita à Câmara ressarcir-se da verba dispendida que foi elevada. O objectivo é melhorar a qualidade urbana daquela parte da cidade. -----

Em Fátima, a primeira fase das obras de requalificação da envolvente da nova igreja vai ficar concluída entretanto e tem inauguração marcada para 4 de Maio. Deixamos o convite à participação. -----

6. SANEAMENTO E SALUBRIDADE -----

Sobre este objectivo da gestão municipal, sabe-se que a nossa prioridade vai para a execução das redes de saneamento pois que já construímos as soluções de tratamento. -----

Estamos a preparar-nos para apresentar candidaturas aos programas adequados, logo que seja possível. -----

Preocupados estamos também em melhorar a nossa prestação respeitante à recolha de resíduos sólidos e limpeza urbana, aumentando a qualidade e, se possível, reduzindo os custos. -----

Outro dos nossos objectivos é aumentar o volume de facturação pois, como se sabe, estando a facturação indexada aos consumos de água e havendo muitas pessoas que não estão ligadas ao sistema, não temos instrumentos legais eficazes para obtermos o cumprimento da lei. -----

A administração central não tem tido a mínima sensibilidade para estabelecer os mecanismos legais adequados. -----

7. PROTECÇÃO CIVIL -----

Apraz-nos registar a significativa melhoria nas condições de segurança de Fátima, com a chegada da GNR há um ano atrás. Foram novos meios humanos e materiais e foi também o grande profissionalismo com que aquela força de segurança tem trabalhado. -----

Deixamos perante esta assembleia o nosso aplauso, com o lamento de que os meios para o resto do concelho sejam tão escassos e de que, relativamente à sede do concelho, continuemos a não ter a qualidade de serviço que desejamos. -----

Relativamente aos bombeiros, estamos a procurar intervir no sentido de obtermos melhor eficácia e racionalização dos meios disponíveis. -----

8. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E ABASTECIMENTO PÚBLICO -----

Iniciou-se a intervenção no Agroal e, mais recentemente, a construção do parque de estacionamento, junto ao Parque Aventura. -----

As obras da Casa do Administrador continuam em bom ritmo e Ucharia do Conde está quase concluída. -----

É do conhecimento público que já foi publicada a nova legislação sobre as Áreas Regionais de Turismo. -----

Escrevemos ao Sr. Presidente da República e a diversas entidades, explicando que se estava a deitar fora um património da região que não poderia nunca confinar-se a uma descabida divisão administrativa em NUTs II. -----

Muito falámos e escrevemos, sem sucesso. Estava à vista a promulgação da nova legislação que desmembrava a Região de Turismo Leiria-Fátima, sem que diversas instâncias se preocupassem muito com isso. -----

Foi a intervenção “in-extremis” do Sr. Primeiro Ministro que veio resolver a situação, quando, em contacto verbal e informal, percebeu o que se estava a passar. -----

Queremos deixar justa homenagem ao Sr. Primeiro-ministro por esta determinação que permitiu corrigir o erro com que todos estavam a pactuar. -----

Não falta neste momento quem queira apropriar-se do feito. -----

Deixamo-los falar...-----

Tendo em vista o aprofundamento das relações de cooperação com municípios moçambicanos, recebemos em Ourém, no passado dia 16 de Abril, o Sr. Embaixador de Moçambique. -----

Também com objectivos de impulsionar o desenvolvimento económico, deslocámo-nos ao Pléssis-Trévisé com empresários do sector do mobiliário e, no dia 21 de Abril, reunimos em Ourém com o Sr. Presidente da Câmara de Czestochowa e empresários do sector do vinho e outros agro-productos. -----

9. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES -----

Estamos a iniciar as intervenções nas freguesias, ao nível da rede viária. -----

Como se sabe, estamos a intervir na rede viária municipal, por administração directa. -----

Logo que esteja concluído o processo de financiamento do edifício dos Paços do Concelho, avançaremos com os protocolos com algumas Juntas de Freguesia e lançamento de algumas empreitadas. -----

É do conhecimento público que está a concurso a concessão do IC 9, uma importantíssima infra-estrutura para Ourém. -----

Tendo os nós de Ourém-nascente e de Fátima sido reprovados na Avaliação de Impacto Ambiental, temos procurado intervir na busca de soluções que melhor sirvam o concelho. -----

A solução de Fátima está a ser reformulada. Quanto à alternativa para Ourém, anexamos cópia do dossier que apresentámos à Câmara e a diversas entidades. -----

Em reuniões recentemente ocorridas na EP - Estradas de Portugal, SA, apercebemo-nos de que há um completo vazio relativamente às urgentes intervenções em estradas regionais e nacionais. -----

Aquela empresa não tem qualquer poder de decisão sobre a matéria e o governo ainda nada disse. -----

10. DEFESA DO MEIO AMBIENTE -----

As referências já efectuadas ao Agroal são suficientes, acrescentando-se somente que já enviámos à Câmara Municipal de Tomar o projecto de requalificação da margem direita. -----

11. FREGUESIAS -----

Ainda com algumas indefinições financeiras, estamos a iniciar as intervenções na rede viária das freguesias. -----

Temos lançado diversas empreitadas relativamente a pontes e pontões que ficaram danificados com as inundações do Inverno anterior. -----

Também alguns investimentos de outra natureza, associados a cemitérios, casas mortuárias e arranjos de espaços públicos têm estado a ser preparados. -----

12. INSTALAÇÕES E SERVIÇOS MUNICIPAIS -----

As obras continuam em bom ritmo, no novo edifício dos Paços do concelho. -----

O edifício multiusos de Cercal está já concluído, aguardando-se a ligação às redes públicas de água e electricidade. -----

No que diz respeito aos recursos humanos do município, informamos que está já a ser posto em prática o novo sistema de avaliação SIADAP, de acordo com a legislação em vigor. -----

13. OUTROS ASSUNTOS -----

No dia 8 de Abril, o Sr. Secretário de Estado da Justiça visitou o Tribunal de Ourém. -----

Pensámos que vinha anunciar o concurso das obras. Estávamos enganados. Afinal a ausência de verba em PIDDAC não era por acaso. -----

Preferimos que nos digam a verdade. Não nos enganem. -----

Transmitimos as nossas preocupações. Esperamos que rapidamente se passe das já muitas palavras. -----

Senhora Presidente, -----

Senhores Deputados Municipais, -----

É esta a informação mais relevante, já um pouco longa. -----

Ficamos à disposição de V.Exas. para os esclarecimentos que julguem adequados.” -----

----- O senhor Presidente da Câmara apresentou ainda os seguintes documentos – (vide processo devidamente arquivado): -----

----- Situação económica e financeira da autarquia em 31 de Março de 2008; -----

----- Relação de processos judiciais. -----

----- Foi ainda apresentada uma breve e resumida apresentação em “power point” relativamente aos nós de Ourém, a qual foi comentada pelo Senhor Presidente da Câmara (processo devidamente arquivado). -----

----- Neste momento, ausentaram-se os membros da Assembleia Municipal, senhores João Pereira Trezentos e Sérgio José Ferreira Ribeiro. -----

----- De seguida, aberto o período de pedido de esclarecimentos, registaram-se as intervenções dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **ANTÓNIO RIBEIRO GAMEIRO**, na qualidade de Representante do Grupo Municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: “Relativamente à intervenção do Senhor Presidente da Câmara, gostava de tecer aqui dois ou três comentários. -----

O primeiro tem a ver com o IC9. O Senhor Presidente abordou-me sobre a variante e eu concordei inteiramente, mas, comecei a reflectir sobre isto e não faz grande sentido nós chumbarmos aquela variante de Penigardos quando já está planeado um nó de acesso a Alburitel e «Estradas de Portugal» está disposta a pagar o nó. Só que o nó de Penigardos chumbou no impacto ambiental, mas podemos chegar aqui a algum bom termo que é não estarmos a fechar um nó que estava previsto em Alburitel e que fará o acesso à freguesia de Alburitel, Fontainhas e alguns lugares mais próximos, para abrir um outro. Acho que era de ponderar porque, de facto, dirá que é um quilómetro, mas um quilómetro para quem viver em Alburitel e se vier pela nacional cento e treze terá de ir dar uma volta de cerca de quatro quilómetros para entrar ali porque não tem uma estrada directa. Tem que circundar a cento e treze até ao cruzamento de Peras Ruivas para entrar ali. Parece-me que talvez fosse de ponderar deixar o nó em Alburitel e exigir também que o outro seja feito. -----

No ponto sobre escolas, a sua afirmação é talvez muito forte «*nunca será aceite, mesmo com justificação, candidatura com dimensão inferior a 4+3*». Não foi isso que eu e a senhora deputada Ângela ouvimos do senhor responsável pela aprovação das candidaturas do QREN da área da educação, Dr. João Lara. O que nos foi dito, em Abrantes, aquando da apresentação e aprovação de quarenta e dois projectos de escolas na região centro, foi que para situações específicas era possível acordar com eles e portanto em relação ao «nunca será aceite» - acho que há aqui uma falta de informação porque algumas situações poderão ser aceites desde que devidamente justificadas. -----

Sobre a saúde, saúdo as suas preocupações. Junto-me a si, naquilo que precisar para tratarmos as questões de saúde junto da Senhora Ministra. Acho que bem precisamos melhorar o quadro da saúde do concelho. -----

Sobre a envolvente à Basílica da Santíssima Trindade, em Fátima, diz que já se iniciaram obras, já se vêem as obras de facto, mas pergunto: já se utilizou algum dinheiro dos protocolos com o Governo, daqueles cerca de sete milhões de euros a que o Senhor Presidente da Câmara teve oportunidade de poder aceder? Aquelas duas laterais já estão a gastar dinheiro deste ou ainda não? -----

Também esperava que o Senhor tivesse posto aqui uma nota, sobre a apresentação de amanhã, a realizar em Ourém, do dispositivo de fogos florestais para todo o distrito, em Ourém e vai contar com a presença do Senhor Ministro da Administração Interna. Todos nós, talvez tenhamos uma oportunidade de nos manifestar, porque o Senhor Presidente da Câmara tem razão, quando diz, que os meios para o resto do concelho são escassos. Portanto, precisamos fazer ver ao Governo que é preciso trazer para cá mais meios e homens. Também sobre este assunto, disponibilizo-me para fazer o que puder para que isso aconteça. -----

Sobre a Região de Turismo, de facto muita gente disse muita coisa mas, nós aprovámos aqui uma moção, por unanimidade, oriunda da bancada do PSD. Demos a nossa anuência e naquilo que tem a ver com a capacidade de influência que temos junto do Governo, tentámos fazer aquilo que o Senhor Presidente da Câmara também fez institucionalmente e bem, mas sem sucesso. De facto, e tal e qual como o Senhor Presidente da Câmara disse, perante a insistência dos autarcas e da lei, o Senhor Primeiro Ministro ficou pasmo e disse que isso era um erro que se comete, mas que iria ver o sucedido. De facto, no dia seguinte, conforme falámos ao telefone, tínhamos isso resolvido. Contribuímos assim com a nossa parte modesta, naquilo que foi um erro mas que o Senhor Primeiro Ministro, com a sua sensibilidade, corrigiu.

O Senhor Presidente da Câmara diz ainda que «*concluído o processo de financiamento dos Paços do Concelho*». Nós aprovámos aqui um modelo de financiamento e não voltámos a ter informação sobre esse modelo de financiamento. Gostava que o Senhor Presidente da Câmara dissesse qual o modelo que está a suportar, neste momento, o financiamento dos Paços do

Concelho porque, relativamente ao modelo que aqui foi proposto, o Senhor Presidente da Câmara, mais tarde, numa Informação, diz que está a tratar com o sistema bancário para uma solução, mas os meses vão passando e não temos resposta. -----

Por fim, o Tribunal. Eu também esperava que o Tribunal já tivesse sido completamente remodelado entre dois mil e dois e dois mil e cinco e que um terceiro Juízo estivesse aqui. Mas, de facto, foi este Governo que teve a sensibilidade de começar e planear. Estão lá as plantas traçadas e veio cá alguém para perceber que realidade está ali subjacente e que alteração em concreto é que isso implica. Depois disso, já se fizeram também as respectivas medições para rapidamente lançar a obra a concurso. -----

Também acho que as palavras do Senhor Secretário de Estado foram muitas e no bom sentido. É preciso lançar a obra rapidamente para que, um dia destes, tenhamos mais um Juízo e menos processos na fila de espera, ou seja, uma justiça mais rápida. Portanto, Senhor Presidente gostava de dizer que pode contar com o PS para aquilo que precisar. Nós estamos disponíveis para ajudar.” -----

= **SÉRGIO MANUEL GAMEIRO FERNANDES**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Casal dos Bernardos, expôs o seguinte: “Boa tarde a todos. -----

Eu queria fazer uma pergunta sobre a Comunicação do Senhor Presidente, sobre o ponto um da Educação, onde diz «*Em reunião que solicitámos à Direcção Regional de Educação, fomos informados que, em princípio, não deverá ser em estabelecimentos com capacidade inferior a oito salas...*». Como nós em Casal dos Bernardos nunca vamos atingir essas oito salas, mau para mim e para a população, penso que a população que lidero vai ficar zangada muito em breve. -----

Queria perguntar ao Senhor presidente da Câmara, se para além daquelas duas salas que já fecharam, temos duas outras em actividade e mais dois jardins. Pergunto: futuramente, vamos ficar sem nada? É só. Obrigado.” -----

= **MANUEL LOURENÇO DIAS**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Rio de Couros, expôs o seguinte: “A minha intervenção também tem a ver com a parte da Educação, nomeadamente, tenho uma questão que me preocupa. Já falei nela várias vezes aqui na

Assembleia Municipal. Trata-se da reconstrução do jardim de infância de Sandoeira. Há três ou quatro anos, assinei um protocolo para agilizar o processo e para que a reconstrução avançasse mais rápida. Por um ou outro motivo, nunca avançou. Lembro-me que no ano passado perguntei à Câmara Municipal se era falta de projecto ou falta de dinheiro proveniente do QREN. Foi-me respondido que não, que essa reconstrução não passaria por dinheiros do QREN e que a mesma avançaria logo que o projecto estivesse concluído. Passou-se todo este tempo e o jardim de infância continua a funcionar no Grupo Desportivo da Sandoeira e eu agora, depois de ler isto, fico um pouco apreensivo e queria saber se realmente esse edifício vai ser reconstruído ou se vai der demolido. -----

Também a nível global, e em relação à freguesia, a Câmara comprou, há algum tempo, um terreno para o complexo escolar. Queríamos saber se já há uma política melhor definida, de maneira a nós respondermos às inquietações constantes da população. Esta é a parte mais preocupante. -----

Também queria dizer que quando falou das pontes e pontões, sobre os quais se está a lançar concurso, a ponte da Marta já está concluída. Dou os parabéns porque realmente foi uma obra que demorou algum tempo mas tem visão de futuro. É mesmo daquelas obras que a crítica maior que lhe fazem é que não era preciso ser tão grande, e eu fico contente quando oiço esta crítica.” -----

Manifestou ainda plena satisfação relativamente ao facto da Região de Turismo Leiria-Fátima não ser extinta. -----

= **FRANCISCO CAETANO**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Freixianda, expôs o seguinte: “Boa tarde. -----

Ainda sobre as escolas. São Jorge, freguesia de Freixianda, fica a cerca de nove quilómetros de Freixianda e estava contemplada na Carta Educativa. Correm rumores de que deixou de estar contemplada. A população do norte da freguesia tem perguntado e eu digo que está contemplada na Carta Educativa. Pergunto, mantem-se na Carta Educativa ou tencionam retirá-la? -----

Também queria falar sobre o ponto dois “Cultura, Desporto e Tempos Livres” onde se diz «A Câmara decidiu recentemente apoiar com 20.000,00 Euros a recuperação dos frescos da Capela da Conceição que, como se sabe, são património nacional classificado.». Acho muito bem. Também há vários anos que andamos a ter reuniões sobre a capela da Perucha e eu não sei em que ponto está. Por agora era só. Obrigado.” -----

= **MANUEL RODRIGUES ANTUNES**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Matas, expôs o seguinte: “Apenas queria perguntar ao Senhor Presidente da Câmara, quando há pouco disse que tinha assinado dois concursos de pontes e que um não sabia bem qual era, será que é o concurso das Matas?” -----

= **EMÍLIA DA SILVA SIMÕES**, na qualidade de Secretário da Junta de Freguesia de Ribeira do Fárrio, expôs o seguinte: “Estava projectada a construção de uma escola na freguesia de Ribeira do Fárrio que integrasse as duas escolas que existem actualmente mais o jardim de infância. Com o que foi lido aqui sobre a decisão por parte do Ministério, ficamos preocupados. Esta decisão é definitiva ou poderemos ainda ter esperanças na construção da escola?” -----

= **ELIAS DIAS DA SILVA**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Alburitel, expôs o seguinte: “ Boa tarde a todos. -----

Obviamente vou falar do IC9. Começo por dizer que a população de Alburitel começou por ouvir, primeiro como boato e depois na comunicação social, e está indignada com esta notícia e esta tentativa de lhe retirarem aquilo que nem tão pouco é uma obra da Câmara – até se compreendia se o fosse. Não compreendemos como se pretende retirar a A para dar a B, è o que a população sente e é o que eu sinto também. -----

Se publicamente foi dado a conhecer o traçado com os nós que todos conhecemos e já nesta Assembleia Municipal tinha sido dito, há algum tempo, que o nó de Penigardos ia ser chumbado, compreende-se que o Senhor Presidente tente arranjar substituição para o nó de Penigardos, outra solução mais perto ou que resolva esta, agora querer substituí-lo com a anulação do nó de Alburitel, isso é surrealista. Não entendemos. Todos sabemos que os ICs têm características diferentes dos IPs mas são para servir populações. Ora o nó de Alburitel não serve só Alburitel. O IC9 não é só para o concelho de Ourém, serve ou tenta servir as

populações por onde passa. O nó de Alburitel serve a população de Alburitel e as populações vizinhas, como Seiça e Fontainhas. Temos de pensar também nas outras freguesias, como Fungalvaz e Assentiz que também ficam prejudicadas com esta solução. -----

Portanto, como lhe dizia, a população está indignada e quer manifestar-se, estando já a pensar em acções de protesto neste sentido. -----

Pensamos e aconselhamos o Senhor Presidente da Câmara, se me permite falar assim, que faça inversão de marcha nesta sua intenção e que deixe ficar o nó de Alburitel que fica lá muito bem. -----

Aproveitaria também para referir outros assuntos que já foram aqui focados. -----

Relativamente à Educação e aos complexos escolares. Como fica a situação? Tinha uma reunião agendada com o Senhor Presidente da Câmara que foi adiada para daqui a pouco mais que um mês. Compreendemos os imperativos da agenda, mas os problemas vão-se agravando. Temos o problema do cemitério de Alburitel para resolver. Como eu disse aqui, há um ano ou mais, as obras previstas iriam com certeza para um volume de custos que não seriam comportável para a Junta de Freguesia. Não me enganei, as obras estão orçamentadas em setenta mil euros mais IVA e setenta mil euros são o orçamento da Junta para todo o ano. Absolutamente incomportável. Estamos á espera de uma decisão relativamente a este problema que não pode ficar assim por mais tempo.” -----

= **JOSÉ CUSTÓDIO RIBEIRO FARIA**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Seiça, expôs o seguinte: “Boa tarde a todos. -----

A minha inquietude também vem na ordem da Educação, na parte que diz respeito a Seiça. A Câmara Municipal adquiriu o terreno, eu ouvi a explicação do Senhor Presidente a Câmara, tento compreendê-la mas a preocupação é grande. -----

Também sobre o IC9. Já explicou, estou um pouco mais inteirado mas ainda continuo preocupado. -----

Também estou inquieto com outro assunto. Foi anunciado o arranjo da estrada que liga Alburitel a Seiça, certamente o Senhor Presidente da Câmara irá dizer para quando está previsto essa obra.” -----

= **JOANA LUÍSA ABREU DE FIGUEIREDO** expôs o seguinte: “Boa tarde a todos. À Senhora Presidente da Assembleia, aos Senhores Deputados, ao Senhor Presidente da Câmara, aos Senhores Vereadores e ao público presente. -----

Tenho apenas uma questão muito simples e concreta. Relativamente aos pavilhões que foram adquiridos pela Câmara Municipal, junto ao LIDL, questiono o Senhor Presidente da Câmara sobre a finalidade para aquele espaço que ficará vazio após a demolição dos pavilhões. É só. Obrigada.” -----

= **MARIA NATÁLIA DE SOUSA FREIRE NUNES**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Caxarias, expôs o seguinte: “Senhor Presidente. As pessoas de Caxarias perguntam muita vez e, ultimamente, com muito mais frequência, para quando é que o Senhor Presidente prevê começar a construção do edifício multiusos.” -----

----- Não se registando mais nenhum pedido de intervenção, o Senhor Presidente da Câmara, tomando a palavra, prestou os devidos esclarecimentos. -----

----- De seguida, passou-se de imediato ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. -----

01.04 – INTERVENÇÕES DE INTERESSE LOCAL OU DECLARAÇÕES POLÍTICAS GERAIS. -----

----- Após período prévio de inscrições, registaram-se as seguintes intervenções, por parte dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **ANTÓNIO MIGUEL LOPES MANGAS REIS**, na qualidade de representante do Grupo Municipal Democrata Cristão, expôs o seguinte: “Por perceber que finalmente começa a ser um hábito a quase total transcrição do que é dito nestas assembleias e a acreditar que a quase total transcrição da minha intervenção na passada sessão não se deveu em ter sido pródiga em elogios ao Executivo camarário, também esta não será apresentada por escrito. Paciência, e veremos o que é que constará na acta discritiva da sessão de hoje. -----

Membros do Executivo Camarário -----

Colegas desta Assembleia Municipal -----

Público presente -----

Órgãos da comunicação social -----

Há questões para as quais tenho resposta mas deixo essa tarefa à vossa inteligência e perspicácia. Uma delas, porque é que não conheço qualquer placa de boas vindas ao concelho de Ourém? Parece-me que por vezes há vergonha de ser ourensense. Parece. Existem placas de boas vindas a quem entra na freguesia de Fátima, a quem entra na freguesia de Atouguia, a quem entra no concelho de Ourém não existem. -----

Quando a Senhor Presidente há pouco chamava a atenção dos jovens para lembrarem que são ourensenses, eu gostava de me lembrar disso cada vez que entrasse ou saísse do concelho. Acho que não estou a pedir nada de mais, é uma prática que também é feita noutros lados. -----

Outra das questões é, porque é que existe falta de estacionamento gratuitos no centro da cidade, não terá sido consequência do mau planeamento urbanístico. Porque é que os senhores responsáveis têm estacionamento gratuito, enquanto que todos os outros têm que pagar? -----

Ainda me assaltam outras dúvidas. Porque é que há ruas nesta cidade com trinta ou quarenta anos que são tão largas como as ruas da baixa pombalina em Lisboa, que têm mais de duzentos anos? -----

E agora mexendo num assunto que é sensível e que, desculpem-me a modéstia, é preciso um bocado de coragem para mexer nele mas alguém tem que mexer. Eu questiono, porque será que os Bombeiros Voluntários de Ourém estão acima do princípio da igualdade constante do número dois, do artigo décimo terceiro, da Constituição da República Portuguesa? E não será também papel do município promover a aplicação da alínea h), do artigo nono da nossa Constituição? Para quem não tem presente, o artigo da igualdade, no número dois diz: *«ningém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de várias coisas, inclusivamente o sexo.»*, e no artigo nono diz que as tarefas fundamentais do Estado são, na sua alínea h), *«promover a igualdade entre homens e mulheres»*. Sabemos que não existem mulheres nos Bombeiros Voluntários. Sabemos, alguns de nós, as razões que são evocadas. Agora, não compreendemos. Estamos no século

XXI. O município apoia. E todos nós apoiamos. E todos nós damos os parabéns e damos o valor que os bombeiros merecem, realmente merecem. Mas, meus senhores, estamos no século XXI e o município na altura de apoiar deve também sensibilizar. Eu sei que a Assembleia Municipal não tem poderes executivos mas tem poderes políticos e poderes de recomendação. -----

De seguida, gostava de vos dizer que sei do desconforto que posso provocar ao colocar estas questões mas se me guiasse apenas por parâmetros de conforto não estava agora aqui e seria bem mais fácil assobiar para o lado como se nada se passasse. É claro que arrisco uma de duas coisas: ou uma resposta com termos e conteúdos que nada engrandecem este órgão, que é o mais democrata e representativo do concelho, ou o silêncio comprometedor de quem não tem dificuldades em viver com a crítica que lhe seja desfavorável. -----

Para além disto, gostava que fosse esclarecido sobre mais umas questões. -----

Já tinha feito na última Assembleia Municipal a pergunta ao Senhor Presidente. Volto a fazê-la. Na altura, perguntei-lhe se já havia algum relatório do Acordo com a Direcção de Finanças de Santarém em relação à melhor e mais equitativa cobrança de impostos. Na altura, afirmava que era uma coisa muito recente, apesar de se saber que havia relatórios mensais. Já lá vão quatro meses, gostava de ser esclarecido. -----

Por outro lado, tive acesso a uma notícia, que desconhecia, do semanário SOL que diz: *«Segundo o Relatório do IPPAR relativo a 2006, os concelhos do distrito de Santarém revelam em dezasseis captações níveis de arsénio acima do permitido, situando-se seis deles na zona sul – Alpiarça, Benavente, Chamusca, Coruche, Rio Maior e Salvaterra de Magos, e três no norte – Abrantes, Mação e Ourém.»* -----

Por fim, gostava que me esclarecesse também em relação a uma notícia do Notícias de Fátima, em que Luís Albuquerque afirma que *«a Câmara Municipal prometeu cinquenta mil euros ao clube Centro Desportivo de Fátima»*. Gostava de saber se esta promessa já foi cumprida e se não, porquê? -----

É tudo.” -----

= **MARIA NATÁLIA DE SOUSA FREIRE NUNES**, em nome do Grupo Municipal Democrata, apresentou o seguinte documento: “Infelizmente, o passado mês de Março ficou marcado por duas grandes perdas para o nosso Concelho. No dia 04 desse mês partia o Ver.º Pe. Manuel António Henriques, Pároco de Fátima, durante 50 anos. -----

Depois de uma vida inteira dedicada ao sacerdócio, a sua passagem por este mundo fica intimamente ligada à Paróquia de Fátima, a quem se entregou sempre de corpo e alma, desempenhando de forma ímpar as suas funções de sacerdote e amigo dos seus paroquianos.

Para o Rev.º Pe. Manuel Henriques o nosso muito obrigado pelo muito que fez pela comunidade e pelo seu papel no processo de beatificação dos Pastorinhos, pelo que lhe desejamos que descanse em paz. -----

No dia 11 falecia o Sr. Manuel Rodrigues Antunes Gameiro, pai do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Matas, Manuel Antunes. -----

Membro da Assembleia de Freguesia de Espite e Secretário da Junta de Freguesia de Matas, reconhecemos a este ilustre ourensense uma vida de trabalho, empenho e luta pela sua família e, sobretudo, pelo desenvolvimento da sua terra. -----

O grupo municipal do PSD gostaria de apresentar um voto de pesar às famílias de ambos e de lhes agradecer o muito que fizeram em benefício do nosso Concelho.” -----

----- **Submetido a votação do plenário, foi este voto de louvor aprovado por unanimidade.** -----

= **MÁRIO JOÃO DE OLIVEIRA SANTOS**, em nome do Grupo Municipal Social Democrata, apresentou o seguinte documento: “Possibilidade de extinção da Região de Turismo Leiria-Fátima. -----

Uma das riquezas do nosso concelho é o turismo, ou não estivesse inserida dentro das nossas fronteiras uma das cidades mais importante a nível mundial, no turismo religioso. -----

Mas nem só Fátima é alvo da visita de turistas e peregrinos. O nosso concelho, pela sua importância histórica, recebe também inúmeros visitantes que enchem a vista com a riqueza arquitectónica e com a nossa paisagem natural. -----

Por tudo isto, o PSD sempre lutou pela manutenção da região de turismo Leiria-Fátima. Fê-lo em 2006 durante uma Assembleia Municipal realizada em Dezembro, em Fevereiro de 2007, também na Assembleia Municipal, e já em Janeiro deste ano manifestámos a nossa indignação diante desta medida proposta pelo Governo PS, através da emissão de um comunicado. -----

Congratulamo-nos pois pelo facto do Sr. Primeiro Ministro ter recuado na sua decisão, para bem do turismo em Portugal, já que Fátima é a cidade que mais visitantes acolhe em todo o país – cerca de 5 milhões por ano. -----

O Senhor Primeiro Ministro retrocedeu, depois de uma conversa com os Presidentes de Câmara de Ourém e Leiria que nunca baixaram os braços quanto a esta questão. -----

Estamos satisfeitos por termos atingido o nosso objectivo, não porque se trata de uma conquista importante para o PSD mas, sobretudo uma conquista importante para a nossa região. -----

Lamentamos, no entanto, a passividade com que o PS local encarou esta questão, não se conhecendo qualquer manifestação, uma medida que, sem sombra de dúvida, muitos prejuízos traria para a nossa Região. -----

Uma vez mais reiteramos que, foi graças à intervenção dos Presidentes de Câmara de Ourém e Leiria, Dr. David Catarino e Dr.^a Isabel Damasceno, respectivamente, junto do Sr. Primeiro Ministro, que conseguimos esta vitória. -----

O grupo municipal do PSD apresenta um voto de louvor à Câmara Municipal pela conquista da manutenção da Região de Turismo de Leiria-Fátima.” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registou-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal, senhor MANUEL LOURENÇO DIAS que referiu que o seu voto é favorável porque se solidariza com este voto de louvor, não tencionando lamentar nada sobre quem quer que seja . -----

----- **Submetido a votação do plenário, foi este voto aprovado por maioria, com quatro abstenções – três do Partido Social Democrata e uma do Independente – e oito votos contra – sete do Partido Socialista e um do Partido Popular.** -----

= **FRANCISCO CAETANO**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Freixianda, expôs o seguinte: “A escola de São Jorge fica a nove quilómetros da Freixianda, o que merece alguma reflexão sobre o assunto. -----

Também acho muito pouco oito salas e mais três porque actualmente temos quatro jardins de infância e seis salas de aulas, mais a sala de aulas da Perucha e de São Jorge.” -----

= **ELIAS DIAS DA SILVA**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Alburitel, expôs o seguinte: “Gostaria de manifestar a minha estranheza pelo facto de não constar na Ordem de Trabalhos os trabalhos de melhoramentos da estrada que liga Alburitel a Fontainhas de Seiça, assim como a de Alburitel a Fungalvaz. Concerteza que haverá uma justificação e era essa justificação que gostaria de ter conhecimento.” -----

= **HÉLDER ANTÓNIO VIEIRA ALVES**, em nome do Grupo Municipal Social Democrata, apresentou o seguinte documento: “A vida cultural do Município de Ourém continua intensa. Destacamos a Via-Sacra decorrida no passado dia 21 de Março e que, ano após ano, são já muitas as pessoas que acorrem de outros concelhos vizinhos e até de todo o país para assistirem à nossa Via-Sacra, por muitos considerada, uma das melhores de Portugal. O nosso muito obrigado a todos os intervenientes e a todos quantos nos honraram com a sua presença. Está em cena a 10º da CENOURÉM. Começou a 28 de Março e terminará a 13 de Junho. -----
Todas as sessões terão lugar à sexta-feira, no Cine-Teatro Municipal, às 21h30, ao preço simbólico de um euro, sendo que os lucros revertem a favor das associações participantes na Cenourém. -----

Esta actividade é já uma referência para o panorama cultural do concelho e tem sido uma aposta ganha, já que é muito o público que ocorre ao Cine-Teatro para ver as peças em exibição. -----

Foi a forma que a Câmara Municipal encontrou para sensibilizar os oureenses para uma das mais belas artes contemporâneas e consegui-o, pois, além da movimentação de público são cada vez mais as associações a participar e as pessoas envolvidas, sendo que a participação na Cenourém promove também o associativismo e o espírito de equipa, pois exige um grande envolvimento de todos. -----

A 12 de Abril passou por Ourém o 1º Circuito da Taça de Portugal de Downhill Urbano 2008, um evento que contou com grande afluência de público, pois é considerada uma das provas mais importantes da modalidade. -----

Outra aposta ganha em termos culturais é o festival de Música Inter-Escolas. Este ano decorreu, com grande êxito, a 12ª edição. No dia 18 de Abril desfilaram os jovens intérpretes dos 2º e 3º ciclos e ensinos secundário e profissional. No domingo, dia 20, foi a vez dos mais pequenos do pré-escolar e 1º ciclo. -----

Deixamos, desde já, uma palavra de agradecimento para os professores e alunos participantes que deram uma lição de empenhamento, profissionalismo e talento. Uma palavra de apreço também para os nossos convidados de Czestochowa e Pléssis-Tréville que se fizeram representar pelos seus jovens cantores. De salientar que de Czestochowa contámos com a presença do Sr. Presidente da Câmara, Tadeusz Wrona. -----

Finalmente, destacamos a assinatura de um protocolo entre a Câmara Municipal e o Instituto Politécnico de Tomar mediante o qual serão desenvolvidos projectos de colaboração que têm como objectivo a protecção do nosso património histórico que merece todo o nosso respeito e atenção. O património arquitectónico do concelho é uma das principais preocupações da Câmara Municipal de Ourém. Foi com este pensamento que a mesma assinou, no passado dia 19 de Abril, no Olival (freguesia onde se encontra edificado um dos maiores símbolos histórico-patrimoniais do concelho: a antiga Igreja) o referido documento. -----

Pela intensa actividade cultural desenvolvida e pela preocupação com o património histórico de Ourém, o grupo municipal do PSD propõe a atribuição de um voto de louvor à Câmara Municipal de Ourém.” -----

----- **Submetido a votação do plenário, foi este voto aprovado por maioria, com quatro votos contra – três do Partido Socialista e um do Partido Popular.** -----

----- De seguida, apresentaram a respectiva declaração de voto, os membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

----- ANTÓNIO MIGUEL LOPES MANGAS REIS referiu que se a política cultural do concelho estiver a funcionar, então a Câmara Municipal apenas está a cumprir o seu dever. ----

----- AVELINO DA CONCEIÇÃO SUBTIL votou contra porque, conforme disse, a Câmara Municipal apenas está a cumprir o seu dever. -----

= **ÂNGELA MARIA GASPAS DA SILVA PEREIRA MARQUES**, em nome do Grupo Municipal Social Democrata, apresentou o seguinte documento: “Ultimamente, as caixas de correio dos ourenses têm sido invadidas por uma publicação rosa da autoria do PS. -----

O Grupo do PSD quer comentar: -----

Quando nos aproximamos das eleições, aí está. Começa a “conversa” do partido socialista, seguindo a via da crítica, onde se escreve muito sem nada dizer. -----

Lançamos daqui o nosso alerta para não nos deixarmos ir em mera publicidade política. -----

A demagogia barata que o PS quer divulgar não convence! -----

No “folhetim”, o PS Ourém pretende vangloriar-se à custa do “branqueamento” da acção do governo socialista. Os portugueses sabem que Portugal tem sido um país mal governado, cheio de promessas vãs. Quem não cumpre promessas é o PS. -----

O PS não cumpre promessas no desemprego, que sobe. Onde estão os 150 000 postos de trabalho? E o desemprego, como sabemos, continua bem alto, até já ultrapassou a barreira dos 8%. -----

O PS não cumpre promessas nos impostos. -----

Na saúde, já sabemos o que a casa gasta. -----

Na justiça, não há condições para se trabalhar. O 3º Juízo que apregoaram para Ourém não é nenhuma benesse. É uma obrigação do Governo Central. -----

Na segurança, e quanto à PSP em Ourém, quem dá o local para melhores condições de trabalho? A Câmara, pois claro. Já agora convém recordar que é a Câmara que ao longo de todos estes anos tem cedido as instalações e até mesmo pago a conta da água e da luz. -----

Com o PS no Governo, sabemos que a vida está mais cara e difícil. É o maior ataque de que há memória ao bolso dos contribuintes. -----

O país de rastos, as famílias a passarem cada vez pior, e os senhores do Partido Socialista a falar de promessas não cumpridas em Ourém, quando é pura mentira. -----

Querem a prova? -----

Aqui vai: -----

Passo a referir algumas obras que estão a decorrer: -----

- Requalificação do Agroal; -----
- Parque do estacionamento de apoio ao Agroal; -----
- Casa do Administrador-Núcleo Museológico; -----
- Ucharia do Conde, no Castelo (reconstrução da antiga prisão); -----
- Parque de estacionamento na Rua St^a Teresa de Ourém; -----
- Novo Edifício dos Paços do Concelho; -----
- Intervenção nas vias laterais ao Santuário de Fátima através da empresa municipal SRU; -----

Continuam também as obras de menor dimensão, mas que são igualmente importantes no bom desempenho autárquico, como a reabilitação de pontões, pavimentação de estradas e a ampliações de redes de esgotos. -----

Há ainda as obras em projecto, como por exemplo o Complexo Escolar de Ourém, obra de grande dimensão e o qual já tem pré-candidatura aprovada. -----

Mas há mais: -----

Há pouco tempo foi inaugurado o Jardim de Infância da Gondemaria; -----

O Jardim de Infância de Atougua está quase pronto; -----

O edifício multiusos do Cercal está também quase pronto. -----

Com que então não há obra em Ourém?!?! -----

Mais ainda, não acabámos: -----

Vangloriam-se na publicação por isto e por aquilo! Por exemplo, o IC9, ainda não chegou a Ourém. Numa acção de cosmética, a obra foi lançada até ao limite do concelho de Tomar, ao qual chamaram Alburitel. Mas daí para a frente ainda não há qualquer adjudicação. Quando a obra estiver feita, então vangloriem-se e nós agradecemos! -----

A Loja Ponto Já, de que se gabam, é outra ilusão. É que a Loja Ponto Já, só depois de o PSD ter contestado publicamente o atraso no seu funcionamento é que vieram à pressa inaugurá-la. Mas, convém destacar que a Loja Ponto Já funciona em instalações da Câmara e o pessoal

que lá trabalha também é da Câmara, e mais, todos os municípios da dimensão do nosso já têm este tipo de loja pelo que também não é nenhuma benesse. -----

Quanto à Loja do Cidadão, a sua vinda para Ourém não é exclusividade. Dizemos que é mais uma obrigação natural. O Secretário de Estado Adjunto da Administração Local anda por aí a apregoar que as lojas do Cidadão devem estar nas sedes de concelho até ao ano de 2013.

Que nós saibamos, Ourém ainda não tem. Esperemos que não seja para 2013. -----

Quanto à requalificação de Fátima, o PS não deu nenhuma benesse. Antes pelo contrário. Exigiu a contrapartida de ficarmos com as estradas que antes eram do Estado. Também aqui não há nenhuma benesse. E o dinheiro ainda não foi investido pela simples razão de ainda vivermos no país dos empatas. É que o Plano de Pormenor anda aos trambolhões daqui para ali e dali para acolá, e nós sabemos como funciona a máquina pesada da Administração Central. Esperemos que a situação seja desbloqueada. -----

Quanto à estrada Ourém-Alvaiázere, deve ter sido distração ou engano do escriba de serviço, porque não existe nenhum melhoramento nessa estrada, a não ser o que a Câmara fez. Afinal quem anda distraído e desinformado? -----

A realidade é que, o PSD promete e cumpre E se mais não faz é porque os “empecilhos do costume” não deixam. -----

Gostámos de ouvir nessa publicação Socialista as palavras sinceras do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de N^a S^a da Piedade, que diz textualmente que tem contado com a colaboração da Câmara. -----

O PS usa a sua publicação para fazer campanha com aquilo que ainda não está concretizado, atirando com areia, à sua maneira, para os olhos das pessoas. -----

Com esta postura e este comportamento avulso, o PS não dá lições a ninguém e fica sem autoridade moral para se apregoar como um partido diferente que de alternativa, assim, nada tem. -----

Caros Amigos, -----

A verdade é que temos obra feita, como já aqui se disse e provou. Temos obra em execução e temos obra projectada. -----

O povo conhece o PSD. O povo está com o PSD. O PSD está sempre com o povo de Ourém.”

----- Face a esta intervenção, o membro da Assembleia Municipal, senhor FRANCISCO GONÇALO NUNES ANDRÉ, solicitando a palavra, expôs o seguinte: “Esta é uma intervenção contrária àquilo que a Senhora Presidente pediu à Assembleia Municipal para ser sintética e tentar ser construtiva. Não vem beneficiar o debate que se pretende. Todas as pessoas tentem ter uma postura de trabalho, de ajudar a resolver, de toda a gente se colocar ao dispor do desenvolvimento do concelho. Não se ouviu nunca ao Partido Socialista, nesta Assembleia Municipal, pelo menos nas reuniões onde eu estive e reconheço que não estive em todas, mas nunca me recordo de ter ouvido um chorrilho de maledicência tão forte como este que acabei de ouvir agora. Confunde-se a Administração Central com a Local e confunde-se as medidas de Administração Central com as chamadas obrigações naturais da Administração Central. -----

Ainda se vem criticar o facto da inauguração da loja Ponto Já pelo facto de sem medidas apontadas ou previstas para todo o país. Ora, com todo o respeito, eu não percebo exactamente o que se pretende aqui, ou seja, se é um programa do Governo só direccionado para Ourém ou se pura e simplesmente o facto de cada vez que o Governo faz alguma coisa merecer a nossa crítica ou não podermos apontar «foi bem feito». -----

Quanto ao desgoverno e quanto ao estado do país que a Dr.^a Ângela Marques aqui falou. É preciso lata. É preciso olhar para trás e ver o estado em que isto estava, é preciso olhar para os números do desemprego, é preciso olhar para os números do défice, é preciso olhar para a recessão económica em que isto se encontrava para agora vir alariar para o desgoverno em que isto se encontra. -----

É lógico que quem gosta destas coisas da política, e pelos vistos a Dr.^a Ângela marques gosta, é sempre necessário aparecer e mandar umas frases feitas mas, às vezes, também é preciso ter alguma noção da realidade e um pingo de honestidade intelectual quando se analisam as coisas. Nunca houve esse tipo de comportamento da nossa parte e nós pedimos apenas, ao Grupo Municipal do PSD, que faça exactamente o mesmo.” -----

----- Tomando a palavra, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que a intervenção da Dr.^a Ângela é uma resposta ao panfleto distribuído pelo Partido Socialista,

nomeadamente ao parágrafo «*Ourém é um concelho sem rumo e adiado, fruto de promessas não cumpridas e de receitas amplamente ultrapassadas*». -----

Referiu ainda que esta frase é um insulto não só ao concelho como a todos os membros da Assembleia Municipal. -----

----- Face ao exposto, o membro da Assembleia Municipal, senhor ANTÓNIO RIBEIRO GAMEIRO, solicitando a palavra, expôs o seguinte: “Dada a intervenção, gostaria de dizer algumas coisas. -----

De facto o PS marca a agenda política e isso aprez-me registar. Também aprez-me registar que estranho que a Senhora Presidente e as outras pessoas tenham ficado espantadas com a frase porque a mesma frase está na acta aprovada hoje por V.as Ex.as na Assembleia Municipal. Foi o primeiro parágrafo da minha intervenção na última Assembleia Municipal. Aquilo que transcrevi no editorial foi simplesmente o que tinha feito aqui. -----

Queria demarcar ainda o facto da agenda política – outro folheto sairá antes da próxima Assembleia Municipal – sai de dois em dois meses. Já sai, para quem anda distraído, há quase um ano e portanto, na próxima, estamos à espera que façam de novo uma intervenção. Mas, era bom que agissem.” -----

----- Terminado este período de intervenção passou-se, de imediato, ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. -----

----- Neste momento, ausentaram-se os membros da Assembleia Municipal, senhores Constantino da Graça Lopes e Nuno Miguel Neves Prazeres. -----

02.01 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO «RELATÓRIO DE GESTÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO REFERENTES AO ANO ECONÓMICO DE 2007», NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C), DO N.º2, DO ART.º53º DA LEI N.º169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI N.º5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO – (GRELHA B). -----

----- Foi remetida, pelo município, através do ofício número seis mil e setenta e três, datado de catorze de Abril, do ano em curso, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada naquela mesma data, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos legais acima citados, a apreciação e votação do *Relatório de Gestão e Prestação de Contas do município referentes ao ano económico de 2007*. -----

----- Foi ainda remetida cópia dos referidos documentos, em suporte digital (CD), os quais, para melhor análise e apreciação, por parte do plenário, foram previamente facultados a todos os seus membros – (ver processo devidamente arquivado). -----

----- A fim de facultar um conhecimento mais pormenorizado e resumido dos documentos em análise, foi elaborada uma projecção em tela – (vide processo devidamente arquivado), a qual foi comentada de forma clara e concisa pelo Senhor Presidente da Câmara. -----

----- Finda a exposição, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, agradecendo os esclarecimentos prestados, deu por aberto o período de pedido de esclarecimentos, tendo-se verificado a seguinte intervenção: -----

= **MANUEL TAVARES LOPES**, em nome do Grupo Municipal Social Democrata, apresentou a seguinte declaração: “Muito boa tarde a todos os presentes. -----

O tempo não pára e mais um ano passou na vida do Município de Ourém, sendo-nos dado agora a conhecer a gestão municipal ocorrida durante o ano de 2007. -----

Começamos por referir que não nos devemos esquecer que, face ao atraso na implementação do Quadro de Referência Estratégico Nacional, culpa do actual Governo, foi mais um ano em que o município não teve qualquer apoio comunitário para os investimentos efectuados. -----

Nesta prestação de contas, consegue-se perceber o avolumar de competências transferidas da administração central para os municípios, nomeadamente no que concerne à educação. Os montantes gastos pela autarquia em actividades de enriquecimento curricular, transportes e refeições, atingem já montantes muito significativos. -----

O executivo efectuou as suas opções, recaindo, parte do investimento efectuado, na rede escolar, mas claramente que o investimento mais considerável em termos de Grandes Opções do Plano, foi relativo ao novo edifício dos Paços do Concelho. -----

O Partido Socialista sempre afirmou que não se encontrava contra a necessidade clara de se efectuar um investimento desta envergadura. É certo e inequívoco que o funcionamento actual em vários edifícios dispersos pela cidade, leva a uma dispersão de recursos (humanos e materiais), acrescido de custos com rendas, para além de não servir convenientemente os munícipes que assim se vêm obrigados a perder muito do seu tempo em deslocações desnecessárias. Para além disso, convenhamos que a necessidade de obras no Edifício dos Paços do Concelho actualmente em funcionamento, é efectivamente urgente. -----

Voltando ao cerne da questão, o Partido Socialista sempre afirmou, isso sim, que a sua contestação se relacionava com a localização do referido edifício pois entendiam que este deveria ter sido feito num local que criasse uma nova centralidade na cidade. Assim sendo, concordamos então que o investimento em si teria que ser realizado fosse em que local fosse. Não nos choca pois que relativamente às GOP's, 22% do orçamento tivesse sido gasto com instalações municipais. -----

É certo que o documento em apreço nos aponta para um agravamento da situação financeira do município. Mas quantos são aqueles que permanentemente fazem comparações com municípios vizinhos, ... "porque esses fizeram...e nós não fazemos", sem se importarem com o grau do seu endividamento? -----

É de realçar a poupança corrente que foi próxima dos 2,8 milhões de euros, tendo crescido relativamente a 2006 cerca de 31%, montante esse que permitiu financiar despesas de capital. Sendo o primeiro ano em que as contas são certificadas por um revisor oficial de contas é de salientar o seu parecer que refere claramente que, e passo a citar: "...as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Município de Ourém, em 31 de Dezembro de 2007...". Assim sendo, o grupo municipal do PSD entende que o documento em apreço espelha a situação actual do município merecendo a sua aprovação. -----

Mais uma vez não queremos deixar de concordar com os Srs Vereadores do PS, no que concerne à qualidade do trabalho apresentado, que com rigor e transparência técnica,

disponibiliza uma grande quantidade de informação que nos permitiu avaliar mais facilmente a gestão municipal, indo muito além daquilo que é obrigatório por lei.” -----

----- **Não se verificando qualquer outro pedido de intervenção, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu, de imediato, a proposta a votação do plenário, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com cinco votos contra do Partido Socialista e duas abstenções – uma do Partido Popular e outra do Independente.** -----

----- Seguidamente, e em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista, o membro da Assembleia Municipal, senhor AVELINO DA CONCEIÇÃO SUBTIL apresentou a seguinte declaração de voto: “Quanto à forma nada a opor. -----

As contas estão devidamente apresentadas. -----

Quanto à substância, só podemos seguir a votação dos Senhores Vereadores do Partido Socialista na Câmara Municipal de Ourém. Por isso, votamos contra. Por motivos políticos. -----

Apenas um exemplo as dívidas a terceiros igualam as receitas do exercício.” -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

02.02 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA RELATIVAMENTE AOS «TOPÓNIMOS DAS POVOAÇÕES DO MUNICÍPIO DE OURÉM» – (GRELHA A). -----

----- Foi remetida, pelo município, através do ofício número três mil novecentos e trinta e sete, datado de treze de Março, do ano dois mil e oito, cópia da deliberação camarária tomada em reunião celebrada no dia três daquele mesmo mês, solicitando, a este órgão deliberativo, a respectiva aprovação. -----

----- Foi ainda remetida uma listagem dos Topónimos, a qual, para melhor análise, foi previamente endereçada a todos os membros constituintes do plenário. -----

----- Tomando a palavra, o Senhor Presidente da Câmara referindo a extensa Ordem de Trabalho e salientando tratar-se de um assunto sobre o qual não urge a sua discussão, propôs que se retirasse este ponto da Ordem de Trabalhos, o que mereceu o consentimento unânime por parte do plenário. -----

02.03 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL PARA PROCEDER À EXECUÇÃO DOS TRABALHOS, POR ADMINISTRAÇÃO DIRECTA, RELATIVOS À «BENEFICIAÇÃO DA ESTRADA ENTRE A E.R.349 E O CUBAL», NOS TERMOS DO N.º2, DO ART.º18º, DO DECRETO LEI N.º197/99, DE 08 DE JUNHO – (GRELHA A). -----

----- Foi remetida, pelo município, através do ofício número quatro mil seiscentos e vinte e oito, datado de vinte e seis de Março, do ano dois mil e oito, cópia da deliberação camarária tomada em reunião celebrada no dia dez daquele mesmo mês, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos legais acima citados, autorização para proceder, por administração directa, à execução dos trabalhos relativos à beneficiação da Estrada entre a E.R.349 e o Cubal. -----

----- **Aberto o período de pedido de esclarecimentos e não se registando qualquer pedido de intervenção, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu, de imediato, a proposta, a votação do plenário, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade.** -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

02.04 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL PARA PROCEDER À EXECUÇÃO DOS TRABALHOS, POR ADMINISTRAÇÃO DIRECTA, RELATIVOS À «BENEFICIAÇÃO DA REDE VIÁRIA NA FREGUESIA DE CERCAL», NOS TERMOS DO N.º2, DO ART.º18º, DO DECRETO LEI N.º197/99, DE 08 DE JUNHO – (GRELHA A). -----

----- Foi remetida, pelo município, através do ofício número quatro mil novecentos e noventa e seis, datado de trinta e um de Março, do ano dois mil e oito, cópia da deliberação camarária tomada em reunião celebrada no dia vinte e quatro daquele mesmo mês, solicitando,

a este órgão deliberativo, nos termos legais acima citados, autorização para proceder, por administração directa, à execução dos trabalhos relativos à beneficiação da rede viária na freguesia de Cercal. -----

----- **Aberto o período de pedido de esclarecimentos e não se registando qualquer pedido de intervenção, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu, de imediato, a proposta, a votação do plenário, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade.** -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

02.05 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL PARA PROCEDER À EXECUÇÃO DOS TRABALHOS, POR ADMINISTRAÇÃO DIRECTA, RELATIVOS À «BENEFICIAÇÃO DOS CAMINHOS MUNICIPAIS 1033 E 1035 – FREGUESIA DE OLIVAL», NOS TERMOS DO N.º2, DO ART.º18º, DO DECRETO LEI N.º197/99, DE 08 DE JUNHO – (GRELHA A). -----

----- Foi remetida, pelo município, através do ofício número quatro mil novecentos e noventa e cinco, datado de trinta e um de Março, do ano dois mil e oito, cópia da deliberação camarária tomada em reunião celebrada no dia dez daquele mesmo mês, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos legais acima citados, autorização para proceder, por administração directa, à execução dos trabalhos relativos à beneficiação dos caminhos municipais 1033 e 1035, na freguesia de Olival. -----

----- **Aberto o período de pedido de esclarecimentos e não se registando qualquer pedido de intervenção, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu, de imediato, a proposta, a votação do plenário, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade.** -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

02.06 – TOMADA DE CONHECIMENTO DO «RELATÓRIO E CONTAS DE 2007 DA SRU – SOCIEDADE DE REABILITAÇÃO URBANA DA COVA DA IRIA, E.M.», NOS TERMOS DA ALÍNEA C), DO N.º1, DO ART.º53º, DA LEI N.º169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI N.º5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO – (GRELHA A).

----- Foi remetida, pelo município, através do ofício número seis mil e setenta e quatro, datado do dia catorze do presente mês de Abril, cópia da deliberação camarária tomada em reunião celebrada no dia catorze daquele mesmo mês, dando conhecimento a este órgão deliberativo, nos termos legais acima citados, do teor dos documentos referidos em epígrafe – (ver processo devidamente arquivado no gabinete da Assembleia Municipal). -----

----- Para uma melhor análise, foi remetido antecipadamente um exemplar a cada um dos membros constituintes do plenário. -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se verificou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **A Assembleia Municipal ficou inteirada.** -----

02.07 – TOMADA DE CONHECIMENTO DO «RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2007 DA FATIPARQUES – PARQUES DE NEGÓCIOS DE OURÉM/FÁTIMA, S.A.», NOS TERMOS DA ALÍNEA D), DO N.º1, DO ART.º53º, DA LEI N.º169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI N.º5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO – (GRELHA A).

----- Foi remetida, pelo município, através do ofício número cinco mil trezentos e vinte e sete, datado do dia quatro do presente mês de Abril, cópia da deliberação camarária tomada em reunião celebrada a vinte e quatro de Março, do ano em curso, dando conhecimento a este órgão deliberativo, nos termos legais acima citados, do teor dos documentos referidos em epígrafe – (ver processo devidamente arquivado no gabinete da Assembleia Municipal). -----

----- Para uma melhor análise, foi remetido antecipadamente um exemplar a cada um dos Representantes dos Grupos Municipais com assento nesta Assembleia Municipal. -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se verificou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **A Assembleia Municipal ficou inteirada.** -----

02.08 – TOMADA DE CONHECIMENTO DO «RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 2007, DA MECIAGOLFE – EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS, S.A.», NOS TERMOS DA ALÍNEA D), DO N.º1, DO ART.º53º, DA LEI N.º169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI N.º5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO – (GRELHA A).

----- Foi remetida, pelo município, através do ofício número cinco mil trezentos e doze, datado de quatro de Abril, do ano em curso, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada no dia trinta e um de Março daquele mesmo ano, dando conhecimento a este órgão deliberativo, nos termos legais acima citados, do teor dos documentos referidos em epígrafe – (ver processo devidamente arquivado no gabinete da Assembleia Municipal). -----

----- Para uma melhor análise, foi remetido antecipadamente um exemplar a cada um dos Representantes dos Grupos Municipais com assento nesta Assembleia Municipal. -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se verificou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **A Assembleia Municipal ficou inteirada.** -----

02.09 – TOMADA DE CONHECIMENTO DO «RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DE 2007 E PROPOSTA DE PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO 2008, DA ADSAICA – ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DAS SERRAS DE AIRE E CANDEEIROS», NOS TERMOS DA ALÍNEA D), DO N.º1, DO ART.º53º, DA LEI N.º169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI N.º5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO – (GRELHA A). -----

----- Foi remetida, pelo município, através do ofício número quatro mil seiscentos e trinta, datado do dia vinte e seis de Março, do ano em curso, cópia da deliberação camarária tomada em reunião celebrada no dia dezassete daquele mesmo mês, dando conhecimento a este órgão deliberativo, nos termos legais acima citados, do teor dos documentos referidos em epígrafe – (ver processo devidamente arquivado no gabinete da Assembleia Municipal). -----

----- Para uma melhor análise, foi remetido antecipadamente um exemplar a cada um dos Representantes dos Grupos Municipais com assento nesta Assembleia Municipal. -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se verificou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **A Assembleia Municipal ficou inteirada.** -----

02.10 – TOMADA DE CONHECIMENTO DO «RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 2007, DA SIMLIS – SANEAMENTO INTEGRADO DOS MUNICÍPIOS DO LIS, S.A.», NOS TERMOS DA ALÍNEA D), DO N.º1, DO ART.º53º, DA LEI N.º169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI N.º5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO – (GRELHA A); -----

----- Foi remetida, pelo município, através do ofício número quatro mil seiscentos e trinta e um, datado do dia vinte e seis de Março, do ano em curso, cópia da deliberação camarária tomada em reunião celebrada no dia dezassete daquele mesmo mês, dando conhecimento a este órgão deliberativo, nos termos legais acima citados, do teor dos documentos referidos em epígrafe – (ver processo devidamente arquivado no gabinete da Assembleia Municipal). -----

----- Para uma melhor análise, foi remetido antecipadamente um exemplar a cada um dos Representantes dos Grupos Municipais com assento nesta Assembleia Municipal. -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se verificou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **A Assembleia Municipal ficou inteirada.** -----

02.11 – TOMADA DE CONHECIMENTO DO «RELATÓRIO E CONTAS DE 2007, DA VALORLIS – VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, S.A.», NOS TERMOS DA ALÍNEA D), DO N.º1, DO ART.º53º, DA LEI N.º169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI N.º5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO – (GRELHA A). -----

----- Foi remetida, pelo município, através do ofício número cinco mil trezentos e trinta e dois, datado do dia sete do corrente mês de Abril, cópia da deliberação camarária tomada em reunião celebrada no dia trinta e um do findo mês de Março, dando conhecimento a este órgão deliberativo, nos termos legais acima citados, do teor dos documentos referidos em epígrafe – (ver processo devidamente arquivado no gabinete da Assembleia Municipal). -----

----- Para uma melhor análise, foi remetido antecipadamente um exemplar a cada um dos Representantes dos Grupos Municipais com assento nesta Assembleia Municipal. -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se verificou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **A Assembleia Municipal ficou inteirada.** -----

02.12 – TOMADA DE CONHECIMENTO DO «RELATÓRIO E CONTAS DE 2007, DA TAGUSGÁS – EMPRESA DE GÁS DO VALE DO TEJO, S.A.», NOS TERMOS DA ALÍNEA D), DO N.º1, DO ART.º53º, DA LEI N.º169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI N.º5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO – (GRELHA A).

----- Foi remetida, pelo município, através do ofício número cinco mil trezentos e trinta e três, datado do dia sete do corrente mês de Abril, cópia da deliberação camarária tomada em reunião celebrada no dia trinta e um do findo mês de Março, dando conhecimento a este órgão deliberativo, nos termos legais acima citados, do teor dos documentos referidos em epígrafe – (ver processo devidamente arquivado no gabinete da Assembleia Municipal). -----

----- Para uma melhor análise, foi remetido antecipadamente um exemplar a cada um dos Representantes dos Grupos Municipais com assento nesta Assembleia Municipal. -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se verificou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **A Assembleia Municipal ficou inteirada.** -----

02.13 – TOMADA DE CONHECIMENTO DO «RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2007 DA AMBIOURÉM – GESTÃO E MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS VERDES E INSERÇÃO, E.M.», NOS TERMOS DA ALÍNEA C), DO N.º1, DO ART.º53º, DA LEI N.º169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI N.º5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO. -----

----- Foi remetida, pelo município, através do ofício número seis mil quatrocentos e oitenta e dois, datado do dia vinte e um do corrente mês de Abril, cópia da deliberação camarária tomada em reunião celebrada nesta mesma data, dando conhecimento a este órgão deliberativo, nos termos legais acima citados, do teor dos documentos referidos em epígrafe – (ver processo devidamente arquivado no gabinete da Assembleia Municipal). -----

----- Para uma melhor análise, foi remetido antecipadamente um exemplar a cada um dos membros constituintes do plenário. -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se verificou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **A Assembleia Municipal ficou inteirada.** -----

02.14 – TOMADA DE CONHECIMENTO DO «RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2007 DA VEROURÉM – EMPRESA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO, E.M.», NOS TERMOS DA ALÍNEA C), DO N.º1, DO ART.º53º, DA LEI N.º169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI N.º5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO. -----

----- Foi remetida, pelo município, através do ofício número seis mil quatrocentos e oitenta e três, datado do dia vinte e um do corrente mês de Abril, cópia da deliberação camarária tomada em reunião celebrada nesta mesma data, dando conhecimento a este órgão deliberativo, nos termos legais acima citados, do teor dos documentos referidos em epígrafe – (ver processo devidamente arquivado no gabinete da Assembleia Municipal). -----

----- Para uma melhor análise, foi remetido antecipadamente um exemplar a cada um dos membros constituintes do plenário. -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se verificou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **A Assembleia Municipal ficou inteirada.** -----

02.15 – TOMADA DE CONHECIMENTO DO «RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 2007 DA ADIRN – ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO RIBATEJO NORTE», NOS TERMOS DA ALÍNEA D), DO N.º1, DO ART.º53º, DA LEI N.º169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI N.º5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO. -----

----- Foi remetida, pelo município, através do ofício número seis mil quatrocentos e oitenta e um, datado do dia vinte e um do corrente mês de Abril, cópia da deliberação camarária tomada em reunião celebrada nesta mesma data, dando conhecimento a este órgão deliberativo, nos termos legais acima citados, do teor dos documentos referidos em epígrafe – (ver processo devidamente arquivado no gabinete da Assembleia Municipal). -----

----- Para uma melhor análise, foi remetido antecipadamente um exemplar a cada um dos Representantes dos Grupos Municipais com assento nesta Assembleia Municipal. -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se verificou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **A Assembleia Municipal ficou inteirada.** -----

**02.16 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL
RELATIVAMENTE AO «LICENCIAMENTO DE OBRA PARTICULAR – ISENÇÃO DO
PAGAMENTO DE TAXAS», NOS TERMOS DO N.º2 E N.º3, DA LEI N.º2/2007, DE 15 DE
JANEIRO. -----**

----- Foi remetida, pelo município, através do ofício número seis mil quinhentos e cinco, datado de vinte e um de Abril, do ano dois mil e oito, cópia da deliberação camarária tomada em reunião celebrada naquela mesma data, solicitando a este órgão deliberativo, nos termos legais acima citados, autorização para isentar o Centro Social do Espírito Santo do pagamento das taxas referentes ao licenciamento do processo número dois mil quatrocentos e oitenta e seis, as quais se apuram no montante de mil quinhentos e cinquenta e um euro e sessenta e seis cêntimos, dado tratar-se de uma instituição particular de solidariedade social, sem fins lucrativos, que presta serviços de grande importância na área da acção social, em Lagoa do Furadouro, da freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias, do concelho de Ourém.

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registaram-se as intervenções dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **ANTÓNIO MIGUEL LOPES MANGAS REIS** questionou se esta atitude é excepção ou se é uma política que se pretenda adoptar, tendo-lhe sido dito que se trata de uma acção pontual, o que não invalida que este tipo de acção venha a ser ponderada futuramente. -----

= **FRANCISCO CAETANO**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Freixianda, expôs o seguinte: “O Centro Social Paroquial de Freixianda em 02-01-2007 fez um pedido de isenção de taxas para levantamento da licença do projecto de ampliação do Centro de Dia, processo n.º1101/2005. -----

Em 19 de Janeiro a Câmara enviou ofício dizendo que não era possível satisfazer a pretensão por falta de enquadramento legal. -----

Em 15 de Janeiro de 2007 é aprovada a Lei 2 sobre isenções. -----
Possivelmente distraíram-se.” -----

----- Não se registando qualquer outro pedido de intervenção, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu, de imediato, a proposta, a votação do plenário, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade. -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

02.17 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO.-----

-----A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, verificando a presença de público na sala, informou de que poderiam intervir, bastando, para o efeito, proceder à sua inscrição, não se verificando, porém, qualquer pedido de intervenção. -----

----- Concluída a Ordem de Trabalhos desta sessão ordinária, a senhora Presidente da Assembleia deu esta por encerrada, pelas vinte e uma horas e quarenta e cinco minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta que, depois de aprovada, vai ser assinada pela senhora Presidente da Assembleia Municipal e pelo Primeiro Secretário.-----

-----A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O PRIMEIRO SECRETÁRIO